



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL:
PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE REGIONAL DO MERCOSUL**

Carollina Passos Cúgola

**Artigo apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Relações
Internacionais pela Universidade de Brasília.**

**Orientadora: Professora Doutora Vânia Carvalho
Pinto**

Brasília

2015

RESUMO

O Mercosul, criado como um projeto de integração dos países do Cone Sul, em que alguns de seus objetivos eram o estímulo ao desenvolvimento comercial de seus Estados-membro e a interação econômica com países e instituições, ainda se mostra imaturo em relação a seus anseios, seja em razão das rígidas políticas adotadas por seus integrantes, assentadas em interesses particulares, seja pela não delegação de parcela de soberania em proveito comum do bloco. Parece que a alguns de seus membros interessa, precipuamente, a constituição a longo prazo de um bloco econômico, político e militar, com vistas a fortalecer sua estrutura econômica, inserir-se no sistema internacional em grau de igualdade com as grandes potências mundiais e estabelecer-se como ator de relevância global. Contudo, se os países-membro do bloco econômico não abdicarem de ambições próprias em prol da comunidade, almejando aprofundar o processo integracionista e construir uma identidade regional, o motivo pelo qual o Mercosul foi arquitetado, qual seja, o de angariar benefícios para o conjunto, em relação à política internacional, acabará perdendo seu valor, levando o projeto à falência.

Palavras-chave: Mercosul. Integração regional. Identidade.

ABSTRACT

Mercosur, created as a project for the integration of the Southern Cone countries, in some of its objectives were the stimulating commercial development of its Member States and economic interaction with countries and institutions, still shows immature about your wishes, either because of the rigid policies adopted by its members, based on specific interests by not delegating part of sovereignty for the benefit of the common block. It seems that some of their interests, members addressed first, the establishment of a long-term economic, political and military block, to strengthen its economic structure, insert in the international system in degree of equality with the major world powers and establish himself as an actor of global relevance. However, if the Member countries of the economic bloc not taking anything away from own ambitions on behalf of the community, aiming to deepen the integration process and build a regional identity, the reason that Mercosur was architected, namely, to raise benefits for all, international policy, end up losing their value, taking the project to failure.

Keywords: Mercosur. Regional integration. Identity.

INTRODUÇÃO

De início, pertinente dizer que a institucionalização da governança regional pressupõe a convergência de interesses, sejam eles políticos ou econômicos, entre os países. Ao analisarem-se as perspectivas de um processo de mudanças econômicas e políticas na América do Sul em busca por um protagonismo na economia global, percebe-se que a região se encontra em uma situação complicada, sobretudo quando se considera o desafio de manutenção simultânea tanto da soberania nacional quanto da promoção da integração regional e da construção de uma identidade comum.

Diante desse diagnóstico, o presente trabalho visa analisar os aspectos da integração regional dos países-membro do Mercosul, sob a ótica dos regionalismos político e econômico; a construção da identidade regional do bloco para além da concertação econômica; a questão da manutenção da soberania nacional e os desafios e perspectivas para o sucesso do projeto identitário dos países do Cone Sul.

Dentre os empecilhos políticos, econômicos e institucionais constatados no processo de integração na América do Sul, que acabam por postergar o propósito de cooperação regional e de consolidação da identidade, verificam-se as assimetrias entre os países, detectadas em diversos indicadores de desempenho macroeconômico. Nota-se que, devido à falta de interesses políticos convergentes ou individualização do grupo, acrescida das crises cambiais que acometeram vários países latino-americanos durante a década de 1990, o Mercosul – resultado de longo período de esforços visando à integração do Cone Sul – teve seu progresso retardado.

Há quem sustente a tese de que o projeto de integração na esfera econômica na América do Sul não tenha avançado notadamente por obra dos atores regionais de maior destaque, quais sejam, Brasil e Argentina. Tal ponto de vista coaduna-se ao fato de ambos nunca terem genuinamente aceitado renunciar - ou, ao menos, efetivamente negociar - uma parcela sequer de sua soberania nacional em benefício de políticas econômicas de cunho geral, como a fiscal, cambial e monetária, e de políticas comerciais e industriais.

De fato, caso os tomadores de decisão optem por preservar a soberania nacional, deverão abster-se de estimular qualquer processo de integração econômica; ou na outra direção, caso estejam dispostos a proceder com a abertura da economia

nacional e liberalização recíproca do comércio internacional, não de renunciar às manobras exclusivas de soberania em detrimento de algumas políticas públicas de interesse comum.

Pari passu a essas questões, após 25 anos de instabilidade e estagnação econômica, nota-se o reflorescimento da América do Sul como ator global, retomando a discussão acerca das integrações econômica e política da região. Contudo, acontecimentos recentes, como a eclosão da crise financeira em 2008, vêm contribuindo para a estagnação no campo econômico das potências e a procrastinação do projeto de integração da agenda externa regional.

1 ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS PAÍSES-MEMBRO DO MERCOSUL: REGIONALISMOS POLÍTICO E ECONÔMICO

Sob a perspectiva histórica das últimas décadas, investigam-se os principais entraves e possibilidades de integração regional da América do Sul, especificamente dos países-membro do Mercosul¹. Sendo assim, mister esclarecer que o curso de um processo integracionista requer identidade como grupo ou, no mínimo, um diagnóstico dos anseios plurais, balizadores do senso comum e, por conseguinte, da intitulação do termo ‘coletivo’ às ações tomadas em conjunto.

De acordo com os antecedentes históricos das iniciativas do movimento de integração dos países sul-americanos, a formulação dos mecanismos de cooperação política e econômica deu-se, de forma mais substancial, a partir da flexibilização das tentativas de integração com a criação da ALADI² e com o fim da Guerra Fria. De agora em diante, a região estabelecer-se-ia novamente na ordem econômica internacional (BARBIERO e CHALOULT, 2001).

Na década de 1990, período pós-Guerra Fria, e após várias iniciativas de integração lançadas no continente americano, como a ALALC³ (1960), a ALADI

¹ Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (desde 26 de março de 1991) e Venezuela (desde 12 de agosto de 2012). Estado Parte em Processo de Adesão: Bolívia (desde 7 de dezembro de 2012). Estados Associados: Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia, Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (ambos desde 2013), segundo dados extraídos do site web oficial do Mercosul. Para maiores informações, vide: <http://www.mercosul.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-mercopol>.

² Associação Latino-Americana de Integração.

³ Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

(1980), o Grupo de Apoio à Contadora (1985), o Mercosul (1991), entre outros; o projeto de regionalização adquiriu relevância. Este último foi o organismo que, efetivamente, devido ao caráter liberal aflorado na região – fruto do restabelecimento de regimes democráticos e da influência do pensamento do Consenso de Washington – firmou-se como instrumento de intensificação das interdependências econômicas entre os países sul-americanos (PENNA FILHO, 2006).

No âmbito do Mercado Comum do Sul, constituído por meio do Tratado de Assunção como bloco de caráter comercial, verificam-se esforços de integração – inicialmente – econômica. Entretanto, foi por meio dessa integração econômica que a integração regional ganhou ímpeto, conferindo um *status* mais robusto de interdependência regional e obstaculizando os rompantes de dissolvê-lo por razões efêmeras ou passageiras (OLIVEIRA e SALGADO, 2011). Mais do que se constituir como uma área de livre comércio, a perspectiva de consolidação de um mercado comum na América do Sul, por meio do Mercosul, seria capaz de gerar uma dependência mútua entre os atores regionais.

Desde o final dos anos 80 e início da década de 1990, em decorrência da saturação do modelo nacional desenvolvimentista⁴, intensificaram-se os movimentos para integrar os países sul-americanos, especificamente no aspecto econômico, devido às incertezas e indefinições nos campos comercial e político (PENNA FILHO, 2006). No entanto, segundo abordagem de Barbiero e Chaloult (2001:3-4), independentemente das motivações econômicas que possam incitar os países, os acordos regionais, geralmente, desenvolvem-se a partir de intenções que ultrapassam a esfera estritamente de ordem econômica, principalmente na hipótese de tencionarem a consolidação de blocos econômicos.

Conforme apontado por Penna Filho (2006:70), verificam-se como precedentes do surgimento do Mercosul a melhora das relações entre Brasil e Argentina e sua crescente aproximação. Tal assertiva pode ser constatada das negociações da Declaração de Iguaçu, em 1985; do Programa de Integração Econômica, no ano seguinte; da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear e do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1988, o qual já tratava da

⁴ Segundo Penna Filho (2006:66), era o “modelo de desenvolvimento econômico e social trilhado pelos países da América Latina e que teve a sua origem ainda nos anos de 1930”.

formação de um mercado comum. Posterior à assinatura da Ata de Buenos Aires, em 1990, Brasil e Argentina entenderam como vantajosa para o bloco a participação de Uruguai e Paraguai, na busca pela implantação da estabilidade e equilíbrio para a região. Assim, em 1991, foi firmado o tratado que instituiu o Mercado Comum do Sul.

Estruturado como uma união aduaneira imperfeita⁵, sobretudo devido à não adoção de uma TEC (tarifa externa comum), o bloco nasceu com o viés comercial, o que contribuiu para impulsionar a interação entre os quatro países-membro, uma vez que, diante de um contexto externo nada favorável, suas economias passaram a complementar-se⁶ (OLIVEIRA e SALGADO, 2011).

A princípio, houve o aumento dos fluxos intrarregionais e da interdependência entre os quatro integrantes do bloco. Passada essa fase inicial e, a partir da aplicação do Plano Real, no Brasil, em 1994, os fluxos comerciais tiveram um incremento, assim como o fenômeno da “Brasil-dependência” pela Argentina⁷. Apesar das vantagens econômicas, desde 1998, a trajetória do Mercosul acabou sendo afetada por acontecimentos internos e externos, tais como as crises mexicana, asiática e russa, que provocaram a diminuição da liquidez no comércio internacional, contribuindo para o estremecimento dos planos de estabilidade econômica brasileiro e argentino (OLIVEIRA e SALGADO, 2011).

Somado ao fraco caráter político mercosulino, em 1999, a referida união aduaneira sofreu o impacto da desvalorização da moeda brasileira, desencadeando o primeiro grande choque institucional. Segundo Oliveira e Salgado (2011:5), os demais membros do Mercosul enxergaram tal medida como um ato unilateral do governo brasileiro, o que trouxe a debate o real motivo pelo qual aquela integração regional fora criada, considerando que, diante de interesses econômicos brasileiros, as necessidades conjuntas do bloco ficavam comprometidas.

⁵ A União Aduaneira caracteriza-se pela abertura de mercados e pela adoção de uma tarifa externa comum; enquanto que o Mercado Comum abrange todas os aspectos da união aduaneira, além da livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

⁶ O Mercosul passou a ser, por exemplo, destinatário de aproximadamente 1/3 das exportações argentinas.

⁷ A “Brasil-dependência” significava a compensação dos déficits argentinos para com o resto do mundo pelos constantes superávits que sua economia vinha alcançando em relação ao Brasil.

Não obstante essa fase crítica, a contar da chegada ao poder de governistas de caráter esquerdista na América do Sul – início dos anos 2000 – e respectiva disposição em fortalecer a integração regional, a crise institucional mercosulina começou a recuar. A despeito dos impasses comerciais continuarem existindo, fortaleceu-se a intenção de soerguer o bloco, mas com um viés mais social e político, diferentemente da orientação preliminarmente econômica. Ambicionava-se atenuar as assimetrias internas e, por conseguinte, ampliar a coesão intrarregional. Para tanto, foram criados o Mercosul Social, o Parlamento do Mercosul e o FOCEM⁸ (MARIANO, 2011).

Dessa forma, como bem colocado por Vigevani e Ramazini Júnior (2014:7):

[...] além dos elementos conjunturais, que se expressam por seguidos contenciosos comerciais e políticos, devem ser considerados na busca de explicações consistentes para os problemas do bloco: questões estruturais, [...] inclusive o desafio de compatibilizar as lógicas da autonomia e as necessidades da integração regional.

Haja vista o Mercosul ser considerado a base da estratégia de cooperação na América do Sul, Vigevani e Ramazini Júnior (2011) defendem "a necessidade de manutenção de um aparato institucional, intergovernamental, que permita, garanta e não limite a autonomia do Estado, sem, ao mesmo tempo, enfraquecer os laços do mercado comum."

A partir do fôlego novo que a instituição ganhou no início do século XXI, o processo de integração do Cone Sul acabou sendo redefinido. Graças a esse recente contexto regional, o ímpeto integracionista pôde ser aprofundado. Nesse diapasão, Vigevani e Ramazini Júnior (2014:3) registram que o caráter puramente econômico deu espaço a projetos políticos, culturais, sociais e de infraestrutura.

Além da ampliação da integração pela incorporação de mais estados-membro, percebe-se a valorização de iniciativas para a promoção da integração regional, por meio da criação de mecanismos de concertação política e de articulação física dos territórios (MARIANO, RAMANZINI JÚNIOR e ALMEIDA, 2014).

⁸ Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul.

Não obstante a fase de estagnação institucional, ainda que provisória, segundo Barbiero e Chaloult (2001:4), o Mercosul continua a ser um instrumento relevante no aspecto motivador do processo de interdependências econômicas na região. Graças ao incremento de novas diretrizes internas, voltadas para quesitos políticos e culturais, a integração regional ampliou-se.

Da análise das políticas externas de alguns de seus membros, Vigevani e Ramazini Júnior (2014:8) evidenciam que, especialmente Brasil e Argentina – países com maior proeminência no cenário internacional –, aproveitam-se do Mercosul como recurso para a definição de suas políticas externas e inserção nos fóruns de discussão mundial. O Mercosul saltou do patamar de instrumento facilitador da abertura de mercados intra-blocos para estabelecer-se como estrutura de inserção e projeção internacionais. Esta interpretação coaduna-se com o pensamento do ex-ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, segundo o qual:

O Mercosul é um processo essencialmente aberto ao exterior. No caso do Brasil, o desenvolvimento do Mercosul é parte de um amplo esforço de abertura econômica, liberalização comercial e melhor inserção na economia mundial. O processo de integração não é concebido com um fim em si mesmo, mas como instrumento para uma participação mais ampla no mercado global (Lampreia, 1999:135).

Segundo aludido por Secundino Neto (2011), "o bloco apresentava-se como uma vitrine não somente econômica para Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mas refletia um crescimento de ordem política nos interesses dos países envolvidos". Desta feita, configura-se inegável o peso estratégico que esse bloco regional apresenta em diversos organismos de caráter internacional perante os que o integram.

Para o resgate da sinergia econômica e coordenação política, a fim de superar a paralisia existente no cerne da instituição, vislumbra-se como perspectiva a dissolução das assimetrias arraigadas entre os países-membro do Cone Sul.

Não se pode esquecer que o bloco foi estruturado com vistas a tornar-se um mercado comum. Logo, espera-se a abdicação de parcela de autonomia pelos estados-membro, em detrimento dos interesses coletivos. É aí que se encontra um dos pontos críticos para a consolidação do bloco regional como ator de relevância

global. Sob o mesmo ponto de vista, Mariano, Ramanzini Júnior e Almeida (2014:4) registram que não apenas os governos, como também suas respectivas populações, acreditam que o progresso do país depende da própria capacidade interna, e não da cessão de parte da soberania nacional em prol de objetivos comuns.

Por outro lado, como mencionam Oliveira e Salgado (2014:6), “[...] o destino do Mercosul será ditado pela capacidade de seus países membros de reinventarem o bloco, atendendo à evolução das relações internacionais e às mudanças internas dos países”.

Seguindo essa linha de pensamento, Barbiero e Chaloult (2001:4) "acreditam que a presença de determinadas condições⁹ favorece o desenvolvimento de redes de interdependência que facilitam a transferência de lealdade do plano nacional para o supranacional".

Em síntese, Vaz (2002:68-69) elucida que:

A integração regional consubstanciada no Mercosul não deve, portanto, ser explicada somente como resultado natural da crescente interdependência entre seus membros e como resposta à influência de fatores externos relacionados às transformações da estrutura do sistema internacional e aos processos simultâneos de globalização e regionalização que vêm moldando a economia política internacional. É necessário considerar e explicar a integração, quer como condição ou processo, suas instituições, seus instrumentos e resultados como produtos de um processo de negociação definido e conduzido com base na distribuição ou disposição de elementos e recursos dos atores principais, no caso os Estados-membro [...].

Apesar dos entusiasmos iniciais a respeito do projeto de integração intergovernamental, esse processo tem-se mostrado muito limitado, haja vista a tomada de decisões acontecer de forma autônoma por cada país e não em conjunto, conforme as necessidades coletivas e de interesse comum da região (ROUQUIÉ, 1994). Em suma, malgrado o indiscutível potencial que a região apresenta para

⁹ Algumas delas são: a) a existência de um substrato comum de valores e interesses; b) uma escala de preferências bem estabelecida entre os membros, a fim de que conflitos e dilemas possam ser mais facilmente solucionados; c) uma relativa simetria econômico-social e político-institucional, com certo grau de complementariedade entre os países envolvidos, visando à ampliação da condição de interdependência; d) o compromisso de cada Estado à associação supranacional, contando com atores políticos interessados em dar andamento ao projeto da integração.

atender às necessidades de seus habitantes e oferecer um bom nível e qualidade de vida à sociedade, essas metas só conseguirão ser satisfeitas a partir da adoção de um conjunto de restrições econômicas e políticas conjunturais (ARONSKIND, 2014).

2 A IDENTIDADE DO MERCOSUL PARA ALÉM DAS INTEGRAÇÕES ECONÔMICA E POLÍTICA

A questão da criação de blocos regionais, aqui detidamente do Mercosul, supera o escopo de aglomeração de interesses com fins puramente econômicos ou políticos, frente ao anseio de inserção internacional. Na nova era da globalização, a decisão pela constituição de blocos regionais demanda esforços conjuntos dos envolvidos para desenvolver e solidificar essa imagem de sinergia tanto para perante seus cidadãos, como para a comunidade internacional.

De agora em diante, a busca passará a girar em torno da construção de uma identidade de grupo e, dessa forma, a tomada de decisões resultará da capacidade e envolvimento de todos os associados do bloco, e não apenas da imposição da vontade dos principais integrantes. A partir do nascimento da identidade comum, o concerto das decisões internacionais deverá vir de todos os membros, reconhecidos como integrantes de igual relevância para a prosperidade do grupo (RIAL, 1997). Em se tratando de lograr êxito quanto à efetivação do processo de integração, os embates internos e as ações individualistas não de ser desarticulados e substituídos por sentimentos de interesse coletivo.

Não obstante “o despertar da consciência regional [advir] de um lento processo histórico, assim como a construção da imagem referenciada de sul-americanidade”, averigua-se ser possível consolidar o Mercosul – instância de cooperação internacional – como marca de identidade (GALVÃO, 2009).

Comparativamente, tomando-se como referência o caso alemão, no século XIX, percebe-se que a unidade alemã só conseguiu estabelecer-se, após superada a etapa da união aduaneira, a *Zollverein*¹⁰, a partir da solidificação da comunidade

¹⁰ Aliança aduaneira que objetivava a liberdade alfandegária para os 39 estados alemães e a garantia de um sentido de unificação econômica mais abrangente, favorecendo a liberdade entre as suas fronteiras internas. Como resultado, facilitar-se-ia assim o incremento comercial e uma maior estrutura para o desenvolvimento industrial da região seria proporcionada.

germânica, cimentada sobre ideais relacionados aos elementos pátria, língua e destino comuns (SARAIVA, 2007). O processo tardio de unificação política e administrativa só foi possível graças a três acontecimentos: a morte de Frederico VII, rei da Dinamarca; a unificação da Itália¹¹; e por fim, a guerra franco-prussiana¹².

Seu triunfo baseou-se não em sentimentos nacionalistas, de cunho emocional; mas na constatação dos frutos que vinham sendo colhidos pela população da região acerca do funcionamento do mecanismo criado (RIAL, 1997). Assim sendo, pode-se dizer que a fundação do Império Alemão se deu por meio da construção de uma tradição de colaboração jurídica sob o Sacro Império Romano-Germânico e de colaboração econômica pelo *Zollverein*.

Em suma, os estados alemães, com o apoio da aristocracia, almejava aumentar o prestígio internacional da região, ampliar mercados e controlar as fontes de matérias-primas estratégicas e como resultado, transformar a Alemanha em uma grande potência europeia. Assim como o Mercosul, Saraiva (2007:328) destaca ter o projeto de integração e construção de uma identidade alemã decorrido do interesse de este novo Estado elevar sua participação na economia mundial e inserir-se competitivamente no sistema global.

Hodiernamente, entre os processos de integração vigentes, o modelo da União Europeia é o mais profundo e avançado, servindo de parâmetro para diversas outras iniciativas, inclusive, o planejamento do Mercosul. Arrazoa-se ser um projeto complexo e audacioso, haja vista arrogar características não apenas de um mercado comum e de uma união econômica e monetária, mais ainda, o bloco europeu pretende construir uma união política - último estágio de uma integração completa.

Conquanto êxitos sejam contabilizados, a conjuntura da União Europeia revela-se também um exemplo dos desafios que permeiam os projetos de formação de blocos econômicos, uma vez que desafios e adversidades¹³ hão de ser superados (MENEZES e PENNA FILHO, 2006).

¹¹ Por ter fornecido à Prússia um aliado contra a Áustria, na guerra auto-prussiana, em 1866.

¹² A vitória sobre a França, em 1871, contribui para a expansão da hegemonia da Prússia pelos estados alemães a um nível internacional.

¹³ Por exemplo, o fato de a UE ainda não agir politicamente como um bloco internacional coeso e homogêneo, como se pode constatar da divergência dos posicionamentos alemão e francês, contrários aos EUA, no contexto da Guerra do Iraque; enquanto que outros países da comunidade europeia decidiram apoiá-los.

Na visão de Galvão (2009), a noção de identidade pressupõe que seja verificado o peso do pertencimento dos atores em nível regional, o que significa dizer ser imprescindível estabelecer em qual região do continente sul-americano cada país melhor poderia ser enquadrado. De outro modo, o que comporá a identidade regional será a junção dessas identificações regionais, evidenciada pela “multidimensionalidade e pela não atomização e redução a uma característica única e dominante, assim como ocorre na realidade europeia”.

Isto posto, não só a construção da identidade comunitária do Cone Sul, instância de cooperação internacional, deve ultrapassar os objetivos de integração econômica-comercial, como também outras dimensões precisam ser desenvolvidas, como a sócio-política e o institucionalismo intergovernamental.

Em suma, a identidade regional do Mercosul pode ser destrinchada em cinco componentes. Segundo Galvão (2009), são eles: “a) compartilhamento de valores e ideias; b) definição de interesses regionais; c) montagem de uma grande estratégia regional; d) atuação pelo dualismo interno-internacional; e) não exclusão e tolerância”.

Em princípio, para que sejam firmados laços de união e confiança, não basta que os países dividam fronteiras nem se localizem na mesma região geográfica. O estreitamento das relações supera quesitos físicos; estende-se à afinidade de valores, aspirações e, por decorrência, de uma agenda própria de temas comuns. A ordenação da estrutura do Cone Sul, como recurso para a consolidação da identidade mercosulina, precisa advir do compartilhamento de projetos, cujos propósitos prioritários sejam o defrontamento de crises sistêmicas e o delineamento da ordem global.

No que tange à segunda característica, homogeneizar os interesses regionais, como por exemplo, por meio da regionalização das políticas externas dos países-membro do Mercosul, serviria de instrumento de estímulo à coesão dos envolvidos. Nota-se que o ponto de partida envolve a questão da aproximação/integração física dos territórios, refletida pela área de infraestrutura – telecomunicações, energia, transportes (GALVÃO, 2009). Nesse contexto e no sentido de dar andamento ao processo, insere-se a IIRSA – Iniciativa para a integração da infraestrutura regional Sul-americana – uma iniciativa multinacional, multisetorial e multidisciplinar que

congrega recursos de coordenação entre governos, instituições financeiras multilaterais e o setor privado.

Em terceiro lugar, a formação de uma identidade comum entre os países do Cone Sul pressupõe a concepção de um plano estratégico de âmbito regional, mesmo porque o sentimento de pertencimento a um grupo é que confere aos integrantes o interesse em preservar a identidade coletiva construída pelos esforços comuns.

Os sentimentos de desconfiança e insegurança entre os governos, que visam ao processo associativo do Mercosul, precisam ser substituídos pela implantação de uma cultura política pró-integracionista no seio dos governos mercosulinos.

Na visão de Hirst (1997: 127), algumas metas devem ser cumpridas pelas partes, com o fito de formar uma identidade de grupo. Antigos preconceitos sedimentados por um histórico de conflitos, hostilidades e diferenças devem ser superados; há de ser desenvolvido um trabalho a nível nacional e regional juntos aos meios de comunicação, de forma a difundir uma agenda positiva para a opinião pública e; importante ainda, é a divulgação dos canais de intercâmbio cultural, educacional, institucional e artístico entre os cidadãos. Contudo, de acordo com Galvão (2009):

[...] a aproximação entre Comunidade Andina e Mercosul e o projeto da Unasul no plano regional, o alinhamento nos grandes fóruns internacionais contra as barreiras protecionistas que restringem o acesso aos mercados dos países desenvolvidos, e uma oposição sistêmica às assimetrias que distorcem a economia globalizada são evidências de um processo de construção identitária em curso na América do Sul.

Considerando-se o quarto componente listado por Galvão, a consolidação da identidade regional do Mercosul deve ser ponderada sob a ótica da harmonização entre a atuação e posicionamento internacionais de cada ator e a aplicação de suas políticas nas esferas internas. Há de ser respeitada essa interconexão entre os planos domésticos e respectivas inserções internacionais.

Não se pode olvidar que o bloco regional do Cone Sul, ator de relevância global, originou-se, sobretudo, devido à necessidade dos países daquela região de se adaptarem à nova ordem econômica que se fortalecia desde meados da década de

1980 e início dos anos 90. A referida união dos quatro primeiros membros foi motivada pela conveniência em promover o fortalecimento das economias domésticas sul-americanas perante às instituições mundiais e assim, inserirem-se nas instâncias internacionais de negociações de magnitude global (VAZ, 2002).

Segundo Vaz (2002:68), ainda que os Estados-membro do Mercosul demonstrem interesses convergentes, os “objetivos de política externa não [são] necessariamente coincidentes, [apresentando] assimetrias no que respeita às suas respectivas capacidades políticas e econômicas [...]”. No entanto, é mediante essas diferenças que os critérios para as tomadas de decisões conjuntas passam a ser definidos, de maneira a refletir a consonância dos objetivos definidos pelo grupo e atendidas, previamente, as necessidades e expectativas de cada integrante.

Assim, conforme exposto, o compartilhamento sistêmico de perspectivas e a observância aos preceitos democráticos, estratificados nos pilares de cada ordem doméstica, são imprescindíveis à atuação dos países mercosulinos com observância ao dualismo interno-internacional. Nesse viés, Galvão (2009) pondera a necessidade de os vizinhos sul-americanos conseguirem manter o espírito de companheirismo regional, pautado pela solidariedade, em detrimento da busca incessante por proveitos individuais e egoístas.

Como alega Galvão (2009):

A institucionalização da ideia de América do Sul passa por um processo histórico de incremento dos diálogos diplomáticos e construção de um edifício integrativo, como um esforço genuíno de transformar identidades egoístas em uma identidade coletiva.

Nessa mesma linha de raciocínio, os últimos elementos para a construção da identidade regional do Mercosul baseiam-se na difusão dos sentimentos de não exclusão e de tolerância uns com os outros. Primeiro, nenhum dos membros deve ser excluído das esferas comuns de entendimentos e negociações, nem outros países da América do Sul ou de outros continentes, blocos ou instituições devem ter seus laços bilaterais ou multilaterais ameaçados pelo robustecimento do caráter identitário sul-americano. Em segundo lugar, deve-se resguardar não somente a pluralidade

intrínseca à própria região, mas também as identidades plurais dentro de cada uma das sociedades vizinhas (GALVÃO, 2009).

Em linhas gerais, nota-se que as identidades dos países do Cone Sul, todas amalgamadas e aliadas a uma cultura política regional, contribuem para o nascimento da identidade coletiva do bloco. Definida a estrutura do sistema comum vigente na região, mais propícia se torna a manutenção da identidade coletiva construída pelos atores envolvidos. Como coloca Wendt (2005:250), *"its political culture is the most fundamental fact about the structure of an international system"*.

3 SOBERANIA NACIONAL E CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL COMUM: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

3.1 Soberania nacional

Preliminarmente, da análise da conjuntura dos processos de integração regional, dentre os modelos institucionais vigentes, destacam-se o supranacional, cujo exemplo mais evidente seria a formação instituída pela União Europeia, e o intergovernamental, representado – guardadas as devidas adaptações regionais – pelos demais blocos econômicos existentes, inclusive pelo Mercosul.

A depender da intensidade do processo de integração desejado, configurar-se-á o arcabouço normativo e institucional balizador da intenção precípua dos Estados, quando da idealização de construção de um bloco regional. Nesse sentido, por se tratarem de formações menos ambiciosas, se comparadas ao bloco europeu, as zonas de livre comércio e as uniões aduaneiras desenvolvem-se apenas sob o viés intergovernamental. Por outro lado, já os mercados comuns, a fim de que consigam instituir um espaço econômico mais coeso, precisam manter um sistema supranacional (KEGEL e AMAL, 2009). Nota-se ser necessária a flexibilização das prerrogativas soberanas tradicionalmente vinculadas a cada Estado-membro.

Conforme o descrito por Kegel e Amal (2009:55),

A União Europeia é jurídica e politicamente caracterizada pela supranacionalidade, sendo sua contraface econômica, uma união econômica e monetária, com a instituição de um mercado interno e de uma moeda única (mesmo que nem todos os Estados-membro

tenham tomado o Euro como moeda). Já o Mercosul adotou o padrão intergovernamental clássico para organizar sua estrutura institucional, mantendo nos seus Estados-parte todo o controle do processo decisório, o qual necessita de consenso para gerar qualquer tipo de decisão. Quanto à sua profundidade, o Mercosul encontra-se no estágio de uma “União Aduaneira em implantação”, traduzindo a dificuldade de consolidação da zona de livre comércio e a constante perfuração da Tarifa Externa Comum. No entanto, tal situação não impede, ou não deveria impedir, a progressiva formação de uma política comercial comum correspondente à união aduaneira.

No caso do bloco europeu, em virtude do caráter supranacional comunitário, seu processo de constituição foi pautado por peculiaridades institucionais e jurídicas, singulares na história das OI's. Observa-se que a supranacionalidade pressupõe a permissão aos Estados-parte de ingerência nos assuntos internos dos demais membros, na qual ocorre a transferência de parcela de suas competências legislativas, executivas e judiciárias para um órgão comum no grupo. Nesse tipo de interação, a relação de coordenação entre os integrantes e o bloco institucionalizado acaba sendo sobreposta pelo vínculo de subordinação daqueles à organização internacional.

Ratificando o anteriormente exposto, tal como extraído do sítio web oficial da União Europeia, constata-se que a “A União Europeia é uma entidade política com características únicas, cujos membros são Estados soberanos que decidiram partilhar a soberania em algumas áreas fundamentais com vista a atingir objetivos comuns”¹⁴.

É importante ponderar que quanto mais aprofundando for o processo de integração adotado por um grupo de países, mais sofisticado deverá ser a estrutura jurídica institucional; uma vez que, quanto maior o grau de supranacionalidade de um bloco, maior deverá ser o compartilhamento/cessão de direitos de soberania nacional em favor daquela organização (KEGEL e AMAL, 2009).

De acordo com Keller (2013), o fenômeno da integração regional exige que os interessados no processo renunciem, de forma concreta, parte de sua soberania em benefício da cooperação e comunidade regional. Quando nações decidem se associar a um bloco, alguns fragmentos de soberania nacional, sobretudo o controle sobre política externa e comércio internacional, deslocam-se e centralizam-se em uma autoridade regional.

¹⁴ Veja mais a respeito no site: http://europa.eu/pol/inst/index_pt.htm. Acesso em nov. 2015.

A partir da Paz de Vestfália¹⁵, os atributos da soberania e da igualdade interestatal como as bases do equilíbrio político europeu passaram a ser aceitos pela comunidade internacional. Para o mundo externo, o caráter soberano de um Estado pressupõe a sua não subordinação a nenhum outro sujeito de direito internacional. O respeito e coexistência entre as diversas figuras políticas que emergiam àquele período, enunciando uma nova concepção da ordem mundial, representaram um verdadeiro divisor de águas na história das relações internacionais.

A partir da averiguação de que a soberania representa tanto a supremacia do poder interno quanto se constitui fonte de legitimidade do regime político, Jesus (2009:129-130), transcendendo a percepção ‘vestfaliana’, adotou outra abordagem ao conceber o significado do termo “soberania”, ao considerá-la:

[...] como um fato institucional ligado ao processo e baseado em entendimentos intersubjetivos, podendo assumir diferentes níveis de sedimentação, de maleabilidade e de partilha pela prática sociopolítica distinta dos 27 países membros da União Europeia e conviver de formas diferenciadas com estruturas de governança multinível no âmbito do processo de integração. Num contexto de autoridades sobrepostas e de múltiplas identidades culturais, pode-se compreender como a sobreposição dos diferentes níveis de governança e a representação e a lealdade podem ser construídas de formas diversas, trazendo desafios múltiplos no contexto dos três processos de partilha desenvolvidos.

No que concerne ao caso do Mercosul, organização intergovernamental, aplica-se o modelo tradicional do Direito Internacional Público, qual seja, estrutura e composição internas assentadas no princípio da igualdade soberana entre os Estados-membro e não ingerência em seus assuntos nacionais (KEGEL e AMAL, 2009).

Na realidade, Buelvas (2013), afirma que a soberania nacional, na sua concepção clássica, nem foi totalmente desenvolvida na América Latina, o que inclui os países sul-americanos, devido à baixa capacidade de iniciativa dos Estados,

¹⁵ Ocorrida no transcurso do século XVII, é considerada por muitos como o marco inicial da diplomacia moderna, pois foi a partir desse fato histórico que se deu o início do sistema moderno do Estado-nação, reconhecendo-se, pela primeira vez, a soberania nacional. Com a assinatura dos Tratados de Paz de Vestfália, símbolo de um período onde teve início a sociedade internacional moderna, os Estados passaram a preconizar a soberania e a não-intervenção como princípios indispensáveis a garantir-lhes tratamento e respeito mútuos.

evidenciada desde o nascimento dos governos republicanos na região. Em decorrência, essa fraca estatização das nações teria comprometido o desenvolvimento dos laços regionais necessários ao aprofundamento do regionalismo para além dos acordos comerciais de âmbito multilateral.

Isto posto, devido ao fato de o Mercosul reunir elementos de uma zona de livre comércio, cuja institucionalização reflete o caráter intergovernamental do bloco sul-americano, seus membros optaram por manter a soberania nacional em detrimento da adoção do mecanismo de soberania compartilhada, tal como verificado na UE. Todavia, essa falta de perspectiva rumo à integração completa da região provoca instabilidade jurídica da organização internacional (LEGLER, 2013).

3.2 Desafios e perspectivas para a construção de uma identidade regional

Justamente porque o Mercosul não vem apresentando um avanço significativo em termos de coordenação econômica e política, principalmente por causa de Brasil e Argentina – dois dos membros que resistem em transferir parcela da soberania nacional sobre suas políticas econômicas, fiscais e cambiais para o bloco –, vários desafios à integração e construção da identidade regional insistem em aparecer (ALMEIDA, 2013).

Em primeiro lugar, é significativo considerar que, não obstante a convergência alcançada durante a década de 1980, Brasil e Argentina, ao longo do processo de negociação do Mercosul, passaram a ter perspectivas distintas em relação à integração regional. Aquele visava intensificar a interlocução com os países industrializados, recuperar credibilidade nos foros multilaterais, diversificar parcerias e ainda atuar afirmativamente em temas que se distanciavam dos interesses nacionais tradicionalmente cultuados. Na mesma linha, a política externa argentina passou a se esforçar por uma maior inserção internacional e reconquista da credibilidade externa, por meio da legitimidade democrática conferida pelo novo governo¹⁶.

¹⁶ Durante a permanência de Carlos Menem no poder (1989-1999), a Argentina adotou uma orientação liberal no plano doméstico e, externamente, buscou aprofundar o alinhamento com os Estados Unidos. Apesar de seus propósitos políticos, a integração regional era encarada pelo governo argentino como um instrumento preponderante para alavancar a interação econômica do país com o mundo.

Contudo, desde o fim dos anos 80, devido às transformações ocorridas no sistema internacional, o sentido da integração assumiu diferentes contornos, a depender do reestabelecimento das diretrizes das políticas externas de cada um, contribuindo para a estagnação do bloco econômico.

Não só a motivação para integração no âmbito do Mercosul desacelerou, devido à paralisia no processo de coordenação das políticas macroeconômicas de Argentina e Brasil, como também o projeto de institucionalização começou a desandar. Segundo Berna-Meza (2002), passada a fase de consolidação da zona de livre comércio, instituída a TEC e criada a personalidade jurídica internacional do Mercosul, o bloco entrou num período de impasses, sobretudo, em consequência da pouca disposição de alguns membros em aprofundar o grau de institucionalização.

Nesse viés, Almeida (2013:480) insiste em afirmar que a estrutura institucional sobre a qual nasceu o Mercosul configura-se como um obstáculo ao processo de integração regional e conseqüentemente, à constituição de uma identidade comum:

The explanation for the failure of various Latin American experiments is, in this way, attributed to the attachment that most states in the region demonstrate for the principle of national sovereignty. By extension, and as a result, the implicit conclusion is that the intergovernmental nature of those experiments is the main factor that has hindered their "natural evolution" towards a kind of *nec plus ultra* of the regional integration processes, represented by the European model and its respective institutional framework.

Observa-se que sem o desmantelamento recíproco das barreiras entre os países do Cone Sul, não há que se falar em integração de fato, independentemente das medidas políticas formalmente adotadas em tratados multilaterais. É pouco provável que se construa uma identidade real entre os Estados-membro se os mesmos não estiverem dispostos a renunciar parcelas de sua soberania política nacional, em especial, políticas macroeconômicas e aquelas ligadas à agricultura, indústria e comércio internacional.

Por outro lado, notam-se ações bem-sucedidas alcançadas pelo Mercosul ao longo de sua existência, principalmente durante sua fase inicial. Não se pode olvidar

que o referido processo de integração teve origem por iniciativa de países em desenvolvimento, com dificuldades sociais, assimetrias em diversos setores da sociedade, baixo grau de interdependência e uma herança econômica e política de instabilidade.

Como se não bastassem esses desafios, vale ressaltar que, ainda na década de 1970, Brasil e Argentina quase entraram em guerra por causa da questão de Itaipu. Enfim, ainda que o bloco do Cone Sul não apresentasse ganhos econômicos, mesmo assim poderia servir de exemplo como projeto político-diplomático de integração exitoso (CERVO, 2008).

De toda sorte, conquanto ainda persistam impasses para a efetiva integração se concretizar, o Mercosul não somente se destacou como fenômeno de concertação diplomática de triunfo, como impulsionou a perspectiva de unidade política, econômica e de segurança da região, consolidando o sentimento identitário dos povos do Cone Sul.

No que diz respeito à seara política, o Mercosul era visto como o caminho para abertura e promoção da região a investimentos estrangeiros e fortalecimento dos países como potenciais parceiros comerciais. A formação de uma área de livre comércio no continente sul-americano era o prelúdio para, futuramente, alcançarem amplitude no mercado mundial.

Outro dado a exemplificar o sucesso do bloco vincula-se ao aspecto econômico. Houve uma expansão do comércio intrabloco da magnitude de US\$ 10.201 milhões, em 1991, para US\$ 41.0174 milhões, em 1997. Também os indicadores sobre circulação de pessoas entre os países saltaram de 2,8 milhões de pessoas naquele ano para 5 milhões, em apenas 6 anos (HOFFMANN, 2008).

Alie-se a esses pontos positivos, o Mercosul, externamente, conseguiu passar uma boa imagem para a comunidade internacional, sobretudo, devido ao sucesso dos planos brasileiro e argentino de estabilização econômica; ainda que a realidade não tenha sido tão gloriosa. Na concepção de Onuki (2006:301), a partir da aquisição de personalidade jurídica internacional e da fase de estabilidade interna, o bloco ganhou notoriedade como ator internacional, fazendo-se presente e atuante em negociações bilaterais com a União Europeia e com outros países latino-americanos, por exemplo.

Corroborando esses dados, Vigevani e Ramazini Júnior (2009:52-53) alegam que:

[...] utilizar o Mercosul como a base da estratégia de integração sul-americana também tem sido um componente importante nas posições regionais do país, daí, inclusive, a necessidade de manutenção de um aparato institucional essencialmente intergovernamental, que garanta a possibilidade de entrada de novos membros.

Portanto, em sua fase inicial, apesar das deficiências de alguns setores, o Mercosul reuniu mais vitórias que problemas negativos. Além de o fluxo comercial intrabloco ter superado as expectativas, sua imagem internacional começou a ser respeitada e a identidade regional do bloco começou a se consolidar entre os Estados-membro.

CONCLUSÃO

Destarte os resultados políticos, econômicos, sociais e culturais oriundos da conjuntura brasileira possam balizar o padrão a ser seguido na região, há quem acredite que somente a coesão dos governos sul-americanos e seu interesse recíproco em semear uma identidade de grupo e solidificar o projeto de integração regional, por meio de acordos, tais como o Mercosul e a Unasul, conseguirão lançar uma nova perspectiva sobre a América do Sul.

Ainda que seja duro admitir, constata-se que o fenômeno da dependência econômica, política, social e cultural permanece vivo na América do Sul, talvez até mais arraigado nas décadas recentes. Isto posto, o aprofundamento dessa condição desestimula o ímpeto coletivo de manter o controle de seu próprio destino e assim, poder empenhar-se pela solidificação de uma coalizão regional. Na hipótese de os governantes colocarem limites aos interesses nacionais, manterem sob controle os conflitos sociais locais, reinvestirem em políticas públicas abrangentes e aceitarem ampliar a interdependência entre si, talvez essa possibilidade seja viável.

De fato, não havendo a ruptura recíproca das barreiras entre os países do Cone Sul, torna-se inviável pensar em uma verdadeira integração regional, independentemente dos efeitos políticos formalmente produzidos por meio de acordos firmados. Não havendo a renúncia de pelo menos parte da soberania nacional em favor de políticas macroeconômicas de âmbito coletivo, é pouco provável que seja bem-sucedido o substancial processo de integração do bloco sul-americano.

Nesse contexto, quer não haja consenso entre os interessados acerca da necessidade de integração, quer o esforço empreendido por cada um dos países seja singular, o ponto comum observado são as divergências no que se refere ao nível de prioridade conferido à agenda, quando da definição das estratégias de política externa dos países da região. Além do mais, também são baixos os níveis de interdependência intra-regional, mais especificamente no campo econômico.

Por fim, verifica-se que o aprofundamento de qualquer que seja o projeto de integração da região dar-se-á tão somente quando da abertura recíproca dos mercados e da eliminação dos obstáculos ao livre fluxo de bens, serviços e fatores de produção, traduzidos nas trocas mais notórias entre os membros regionais e consequentemente, o legítimo espírito da integração regional. Aí então, poder-se-á falar em uma construção sólida da identidade comum entre os Estados-membro do Mercosul.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Sovereignty and Regional Integration in Latin America: A Political Conundrum? *Contexto internacional*, vol. 35, n. 2, Rio de Janeiro: IRI/PUC-Rio, 2013, p. 471-495.

ARONSKIND, Ricardo. Desafios e interrogantes para América Latina. *Horizontes Latino Americanos*, vol. 2, n. 1, Recife: Massangana, 2014, p. 23-34.

BALASSA, Bela. *The Theory of Economic Integration*. Homewood: Richard D. Irwin INC, 1961.

BARBIERO, Alan; CHALOULT, Yves. O Mercosul e a Nova Ordem Econômica Internacional. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 44, n. 1, p. 22-42, June 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-732

92001000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100003>.

BERNAL-MEZA, Raúl. A política exterior do Brasil: 1990-2002. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 45, n. 1, p. 36-71, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 ago. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000100002>.

BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968.

BUELVAS, Eduardo Pastrana. Why regionalism has failed in Latin America: lack of stateness as an important factor for failure of sovereignty transfer in integration projects. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 443-469, dez. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292013000200005>.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado (2002): *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI JR. Umberto. Em busca de uma nova inserção da América latina na economia global. *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 75, São Paulo: Scielo, 2012, p. 91-110.

CERVO, Amado Luiz. Paradigmas Latino-Americanos de desenvolvimento: conceitos e avaliação de resultados. *Horizontes Latino Americanos*, vol. 2, n. 1, Recife: Massangana, 2014, p. 9-20.

_____. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

GALVÃO, Thiago Gehre. *América do Sul: a Construção de uma ideia*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

_____. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 52, n. 2, p. 63-80, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000200004>.

HIRST, Monica. Pontos de reflexão sobre a dimensão sócio-político-cultural do Mercosul. In: Fundação Alexandre de Gusmão. *O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia. Encontro de Culturas*. Brasília: FUNAG, 1997. p. 123-131.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Os processos de partilha da soberania na União Europeia. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 52, n. 2, p. 115-132, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000200007>.

KEGEL, Patrícia Luíza; AMAL, Mohamed. Instituições, Direito e soberania: a efetividade jurídica nos processos de integração regional nos exemplos da União Europeia e do Mercosul. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 52, n. 1, p. 53-70, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000100003>.

KELLER, Renata. Building "Nuestra América:" national sovereignty and regional integration in the americas. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 537-564, dez. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 ago. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292013000200008>.

LEGLER, Thomas. Post-hegemonic regionalism and sovereignty in Latin America: optimists, skeptics, and an emerging research agenda. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 325-352, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292013000200001>.

MARIANO, Karina L. P. *A Eleição Parlamentar no Mercosul*. Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 54, n. 2, p. 138-157. Brasília, 2011.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de. O Brasil e a Integração na América do Sul. Uma Análise dos Últimos Dez Anos (2003-2013). *Relações Internacionais*, n. 41, mar. 2014.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira de; SALGADO, Rodrigo Souza. Modelos de integração na América do Sul: do Mercosul à Unasul. In: 3º Encontro Nacional ABRI 2011, São Paulo. *Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP*. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000002201100100011&lng=en&nrm=abn. Acesso em 03 set. 2015.

ONUKEI, Janina. O Brasil e a Construção do Mercosul. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani & LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 299-320.

PENNA FILHO, Pio. A América Latina, sua integração e sua inserção no mundo globalizado. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani & LESSA, Antônio Carlos (orgs.).

Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 61-82.

RIAL, Juan. La identidade del Mercosur en um Mundo Globalizado. In: Fundação Alexandre de Gusmão. *O Mercosul e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia. Encontro de Culturas*. Brasília: FUNAG, 1997. p. 183-196.

ROUQUIÉ, Alain. *América Latina: Introducción al Extremo Occidente*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994.

SECUNDINO NETO, M. P. *Mercosul: avanços, retrocessos e novos desafios*. 2011. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/04/03/mercosul-avancos-retrocessos-e-novos-desafios-por-manoel-paulino-secundino-neto/>>. Acesso em: 24 out. 2015.

VAZ, Alcides Costa. Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade? *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.44 n.1. Brasília jan/jun 2001.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 517-552, June 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 out. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201415>.

_____. Mudanças da inserção brasileira na américa latina. *Lua Nova*, São Paulo, n. 78, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 out. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000300006>.

_____. *Cooperação, Integração e Processo Negociador: A Construção do Mercosul*. Brasília: IBRI, 2002.

_____. Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 44, n. 1, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02/11/2015.

WENDT, Alexander. *Social Theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.